

Negociação do Acordo Coletivo JÁ!

Pelo Abono das horas negativas em face da pandemia!

Nosso acordo coletivo atual tem validade até o final de setembro. Em face da pandemia, a maior parte da categoria está em quarentena desde o final de março. Isso faz com que muitos colegas manifestem preocupação sobre a situação das horas negativas no banco de horas. Afinal, tendo em vista a evolução do contágio e das mortes, será necessário, caso a reitoria de fato se preocupe com a vida dos seus funcionários, prorrogar a quarentena por um tempo ainda indeterminado. Isso torna impossível que as horas sejam zeradas no banco dentro do prazo inicial.

Em face dessa situação atípica, nós do Sintusp entendemos que é mais do que justificável que essas horas sejam abonadas. Não faz sentido que haja qualquer prejuízo para os trabalhadores.

Além disso, é necessário que a reitoria deixe de tomar medidas unilaterais e que receba o sindicato para negociar essa e outras demandas pendentes da nossa categoria. Após quase 4 meses de pandemia, finalmente o reitor convocou uma reunião do Conselho Universitário. Entendemos que é fundamental que as reuniões da Copert (Comissão Permanente de Relações do Trabalho) sejam realizadas, tanto para iniciarmos as discussões sobre o Acordo Coletivo, quanto para discutirmos

vários pontos pendentes. O reitor tem que deixar de governar por decreto!

Acordo Coletivo



CCRH precisa tomar posse e reunir-se

O mesmo ocorre com a comissão central de recursos humanos. A eleição para representantes de funcionários nessa comissão ocorreu em novembro do ano passado, e até agora seus membros não tomaram posse. É preciso que essa comissão volte a se reunir, pois as reformulações administrativas estão a todo vapor, sem nenhuma discussão com a categoria. Além disso, mesmo com as

alegadas restrições orçamentárias legais, a reitoria optou por dar continuidade ao edital da carreira docente, e nem sequer iniciou conosco a discussão sobre as próximas movimentações na nossa carreira. Sabemos que carreira não é equivalente ao reajuste salarial, mas achamos que é preciso avançar numa carreira que não seja subjetiva, e que não se pautem em favorecimentos.

Teletrabalho não é igual a trabalho integral

Neste momento de pandemia, é prioritário mantermos o isolamento social. As medidas de abertura da quarentena definidas pelo governo do estado não têm quaisquer respaldo científico. A tendência é que esse plano seja responsável pelo aumento vertiginoso do número de casos e, por consequência, das mortes motivadas pelo vírus. Nesse sentido, nossa principal preocupação é com a manutenção da quarentena para preservar a vida.

Entretanto, se bem é verdade que o isolamento social é uma necessidade, isso não implica em naturalizar os problemas que o teletrabalho, ou trabalho remoto, evidencia.

Equipamentos, gastos com energia e condições ergonômicas aprofundam os problemas

Além dos problemas com o respeito aos horários, é importante também garantirmos condições adequadas para aqueles que precisam seguir realizando atividades remotamente durante a pandemia. Até o momento a maioria dos trabalhadores nessa condição estão trabalhando com equipamentos próprios, utilizando seus próprios planos de

Muitos colegas relatam que estão submetidos a enormes pressões neste momento. Particularmente as mulheres, que pelo machismo predominante em nossa sociedade são responsabilizadas pelo trabalho doméstico, e precisam conciliá-lo com as demandas do teletrabalho. Além disso, temos relatos de que chefes, especialmente docentes, não respeitam os horários de trabalho, encaminhando demandas de madrugada e aos finais de semana.

Reforçamos que o fato de realizar as tarefas desde casa não implica estar à disposição em tempo integral.

internet, consumindo a energia elétrica de suas residências e sem nenhuma garantia de condições ergonômicas adequadas. Caso a pandemia se prolongue, precisamos urgentemente debatermos com a reitoria as condições de trabalho para esses companheiros.

Nenhuma demissão dos Terceirizados CTA da Faculdade de Educação aprova manifestação contra as demissões:

· FEUSP

São Paulo, 18 de junho de 2020

O **Conselho Técnico-Administrativo** da Faculdade de Educação da USP manifesta sua contrariedade às disposições expressas na Portaria GR nº 7639/2020, que orienta o corte de até 25% nos contratos de serviços terceirizados. O colegiado entende que o isolamento social com garantia de manutenção dos empregos e salários, mantidas as atividades essenciais, que hoje se aplica ao corpo de docentes e funcionários técnicos e administrativos efetivos da Universidade, também deve ser garantido aos trabalhadores terceirizados. Iniciativas de corte nos contratos colocam em risco os empregos justamente da parcela mais vulnerável da comunidade universitária. Ademais, particularmente, o serviço de limpeza ganha mais importância nesse momento de pandemia, tendo em vista que boas condições de higiene são fundamentais para a mitigação dos impactos do vírus. A Universidade precisará preparar-se para ampliar o número de trabalhadores nessa área, já bastante defasada, ao invés de promover cortes.

A contribuição científica das universidades e institutos públicos de pesquisa deve prevalecer!

Carta Aberta ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp)

O Fórum das Seis solicita um posicionamento institucional e público das universidades paulistas diante do gravíssimo risco que a população do estado de São Paulo está correndo com o relaxamento oficial das medidas de isolamento e distanciamento por parte do governo estadual e municipais.

Em um quadro de contínuo e alarmante crescimento de casos de contaminação pelo Sars-CoV-2 e de óbitos pela Covid-19, equiparável com o que em outros países provocou o fechamento quase total de atividades, e com recordes diários que parecem não encontrar um teto, as autoridades do estado e de vários municípios estão procedendo a uma inexplicável abertura de comércio e de serviços não essenciais, desaconselhada por todas as lideranças sanitárias do mundo, e oposta às políticas que, também no mundo todo, deram resultado para achatamento das curvas de crescimento da pandemia e caminhar efetivamente para uma recuperação também econômica.

Em vez do aumento de isolamento e distanciamento que seria necessário, vemos uma circulação de pessoas cada vez mais intensa, com meios de transporte lotados, que pode dar como resultado uma tragédia muito maior do que esta que o país já vive hoje, com mais de 45 mil mortos e cerca de um milhão de infectados, e a maior taxa de crescimento no mundo para ambos os índices. No estado de São Paulo, os números indicam em torno de 178 mil casos e 10.700 óbitos.

Não há dados no estado de São Paulo que justifiquem tal relaxamento, pelo contrário, todos os estudos com base científica apontam em sentido oposto, principalmente os que são desenvolvidos nas universidades paulistas e brasileiras. Por exemplo, no *Jornal da USP* de 3/6/2020, é entrevistada a professora do IME, Flôrcia Leonardi, que apresenta um estudo do Grupo de Pesquisa em Estatística Computacional sobre a evolução do contágio pela Covid-19. A pesquisadora afirma que *"atualmente há uma tendência crescente e bastante acentuada no número de casos na cidade de São Paulo"* e que *"isto talvez possa ser atribuído ao relaxamento nas medidas de isolamento e distanciamento social por parte de população"*.

No mesmo dia 3/6, apareceram em vários jornais de grande circulação entrevistas com o professor Domingos Alves, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que coordena o Laboratório de Inteligência em Saúde, alertando que *"os municípios brasileiros que optarem por reduzir o distanciamento social, ainda nesta semana, podem ter um aumento de 150% no número de infectados e mortos nos próximos dez dias"*. Na mesma

materia de *O Globo*, o pesquisador faz uma dura advertência: *"Não estamos falando do que vai ocorrer dentro de um ou dois meses, mas de uma semana a dez dias. Até agora, temos acertado nossas projeções e, por isso, estamos tão preocupados. É nosso dever alertar a população de que ela foi liberada para ir ao abatedouro."*

Quaisquer que sejam as pressões políticas e econômicas que levam o governo do estado e as prefeituras à atitude temerária e irresponsável de "abrir a economia", elas não podem ser assumidas como próprias por uma instituição pública destinada à produção de conhecimento. Para as universidades públicas paulistas, é uma obrigação irrenunciável, talvez a maior que tenha se apresentado na sua história, alçar, institucionalmente, sua respeitada voz neste momento dramático. Nunca antes a população que sustenta a universidade esteve em um risco de vida tão grande, nem a universidade teve, dada a natureza desse risco, a possibilidade de contribuir para salvar, com a verdade, boa parte dessas vidas.

Em 9 de abril deste ano, a Reitoria da Unicamp se dirigiu à sociedade toda com uma nota pública sobre uso de substâncias como cloroquina e hidroxicloroquina, e, nessa nota de advertência, expressava que *"a universidade, como centro do conhecimento, deve sempre recomendar indicações e propostas que valorizem a razão científica"*. Justamente devido a esse princípio, é indispensável que as três universidades produzam o antes possível uma manifestação pública desaconselhando as atuais medidas de relaxamento e advertindo sobre as trágicas consequências que elas podem acarretar, bem como sobre sua inutilidade para a recuperação da atividade econômica.

A Unesp, a Unicamp, a USP e o Centro Paula Souza não podem ser instituições omissas nessa hora tão grave da pandemia em curso!

**São Paulo, 17 de junho de 2020.
Fórum das Seis**

Com Cópia para:

Conselho Universitário da Unesp
Reitoria da Unesp - Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini

Conselho Universitário da Unicamp
Reitoria da Unicamp - Prof. Dr. Marcelo Knobel

Conselho Universitário da USP
Reitoria da USP - Prof. Dr. Vahan Agopyan

Conselho Deliberativo do Centro Paula Souza
Superintendência do Centro Paula Souza – Professora Laura Laganá

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!